# CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 44 • Quarta-feira, 2 de Setembro de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos


DIVULGAÇÃO




# TCE COBRA DE OLINDA FISCALIZAÇÃO QUE PREFEITURA DEVERIA FAZER NO SÍTIO HISTÓRICO PÁG. 5



ARTIGOS

**ANTÔNIO CAMPOS**
ADVOGADO

***Uma vida a serviço de Deus, Alexandre Ximenes*** PÁG. 4

## Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado para 2027 é aprovada por unanimidade na Alepe PÁG. 2

FOTO DIVULGAÇÃO






## BTG/Nexus: 46% avaliam governo Lula como ruim ou péssimo; 37% aprovam a gestão PÁG. 2

## Fim da escala 6x1 pode eliminar até 50 mil empregos em Pernambuco, aponta estudo da Fecomércio PÁG.4



## Ataques pessoais contra Raquel Lyra em panfletos apócrifos levam governadora a pedir respeito à memória do marido PÁG. 3




## Painel Correio Político: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026 PÁG. 5



## Semana do Cinema terá ingressos a partir de R$ 10 em todo o Brasil; veja quando e programação de filmes PÁG. 3

# Operação contra desmatamento aplica R$ 2,6 milhões em multas e embarga 470 hectares de Mata Atlântica em Pernambuco

Operação contra desmatamento aplica R$ 2,6 milhões em multas e embarga 470 hectares de Mata Atlântica em Pernambuco

DIVULGAÇÃO



Uma operação de fiscalização contra o desmatamento ilegal da Mata Atlântica resultou na aplicação de R$ 2,6 milhões em multas e no embargo de mais de 470 hectares de áreas degradadas em Pernambuco. A Operação Mata Atlântica em Pé 2026 vistoriou 41 municípios do Estado entre os dias 17 e 21 de agosto e lavrou 133 autos de infração.

As ações foram realizadas no Grande Recife, na Zona da Mata e no Agreste e também resultaram no resgate de 21 aves e na apreensão de máquinas utilizadas nas áreas fiscalizadas, entre elas uma retroescavadeira. O balanço da operação em Pernambuco foi divulgado pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) na sexta-feira (28).

A maior multa aplicada no Estado chegou a R$ 200 mil e foi registrada em Glória do Goitá, na Mata Norte. Já o maior embargo atingiu uma área de 31,02 hectares, no município de Maraial, na Mata Sul.

As áreas identificadas com desmatamento ilegal passam a sofrer restrições previstas na legislação ambiental. Entre as consequências estão limitações relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ao acesso a crédito rural, além de outras medidas administrativas previstas para imóveis que descumprem as normas de proteção ambiental.

Uma das novidades desta edição foi a utilização de fiscalização remota. Parte das áreas foi identificada por meio de imagens de satélite das plataformas MapBiomas e Brasil Mais, permitindo que a identificação do desmatamento e a lavratura dos autos de infração fossem feitas sem a necessidade de deslocamento das equipes até o local.

Segundo o MPPE, o modelo remoto possibilitou o embargo de aproximadamente 182 hectares. Drones e helicópteros também foram utilizados para complementar as fiscalizações presenciais, ampliando a capacidade de identificação das áreas afetadas e reduzindo o tempo necessário para as ações.

A operação em Pernambuco foi coordenada pelo MPPE, por meio da Coordenação do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente e da 1ª Regional do Núcleo de Proteção Especializada do Meio Ambiente. Também participaram a Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) e a Delegacia de Polícia do Meio Ambiente (Depoma).

Nesta edição, a operação também contou com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Grupo Tático Aéreo (GTA) e a Polícia Federal.

A fiscalização alcançou municípios de diferentes regiões do Estado. Entre eles estão Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Cabo de Santo Agostinho, Canhotinho, Catende, Chã Grande, Cortês, Cupira, Escada, Feira Nova, Garanhuns, Glória do Goitá, Goiana, Gravatá, Itaquitinga, Jaboatão dos Guararapes, Joaquim Nabuco, Lagoa do Ouro, Lagoa dos Gatos, Maraial, Moreno, Palmares, Passira, Paulista, Paudalho, Pombos, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São João, São Lourenço da Mata, São Vicente Férrer, Tamandaré, Terezinha, Timbaúba, Vitória de Santo Antão e Xexéu.

A Operação Mata Atlântica em Pé foi realizada simultaneamente em 17 estados abrangidos pelo bioma. Em todo o país, foram fiscalizados 1.520 alertas de desmatamento emitidos pelo sistema de monitoramento do MapBiomas. As equipes identificaram 8.370,28 hectares de desmatamento ilegal.

No balanço nacional, as ações resultaram na aplicação de aproximadamente R$ 100 milhões em multas. O valor representa uma redução de 14% em relação ao registrado na edição anterior da operação.

Participaram da operação os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso do Sul.

A operação nacional é coordenada pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) e pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), com apoio da Fundação SOS Mata Atlântica.

Em Pernambuco, o resultado da fiscalização expõe a dimensão do desmatamento ilegal identificado em diferentes regiões do Estado. Além das multas, os embargos impedem a continuidade de atividades nas áreas atingidas até que sejam observadas as exigências legais, enquanto os órgãos ambientais podem adotar outras medidas previstas na legislação.

A utilização de imagens de satélite nesta edição também amplia a capacidade de fiscalização. Com a análise remota, áreas de difícil acesso ou que não haviam sido alcançadas pelas equipes em campo puderam ser identificadas e incluídas nas ações de controle ambiental.

# BTG/Nexus: 46% avaliam governo Lula como ruim ou péssimo; 37% aprovam a gestão

Pesquisa BTG/Nexus divulgada neste domingo (31) mostra que 46% dos brasileiros avaliam o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como ruim ou péssimo. Outros 37% consideram a gestão ótima ou boa, enquanto 17% classificam o governo como regular.

Os números indicam um cenário de avaliação negativa para a administração federal, com a parcela dos entrevistados que considera o governo ruim ou péssimo nove pontos percentuais acima daqueles que fazem uma avaliação positiva.

O levantamento também mostra a evolução da percepção dos eleitores sobre o governo. A avaliação negativa de Lula ocorre em meio ao início da campanha eleitoral de 2026 e ganha peso político porque a imagem da administração federal pode influenciar diretamente a disputa pela Presidência.

A pesquisa foi realizada pelo instituto Nexus e contratada pelo BTG Pactual. Os dados fazem parte de um levantamento nacional que também avaliou as intenções de voto para a Presidência da República.

DIVULGAÇÃO



Na pesquisa eleitoral, Lula aparece com 39% das intenções de voto em um cenário de primeiro turno, seguido pelo senador Flávio Bolsonaro (PL), com 33%. O levantamento também registrou o crescimento do candidato Augusto Cury (Avante), que alcançou 11% das intenções de voto.

O desempenho de Lula na pesquisa eleitoral ocorre, portanto, em um contexto diferente da avaliação de seu governo. Mesmo liderando a disputa presidencial no cenário testado, o presidente enfrenta uma parcela significativa do eleitorado que manifesta insatisfação com a administração federal.

A avaliação do governo é um dos principais indicadores acompanhados pelas campanhas porque permite medir não apenas a intenção de voto, mas a percepção dos eleitores sobre a condução da economia, dos serviços públicos e das políticas adotadas pela administração.

Em levantamentos anteriores do BTG/Nexus, os índices também apontavam uma avaliação negativa superior à positiva. No início de agosto, 43% classificavam o governo como ruim ou péssimo, enquanto 37% o consideravam ótimo ou bom. Posteriormente, a avaliação negativa chegou a 44%, com 34% de avaliação positiva.

Os dados mais recentes indicam, portanto, a manutenção de um ambiente de desgaste para o governo federal. A avaliação negativa aparece como um dos desafios políticos de Lula na tentativa de buscar a reeleição, especialmente em uma disputa que se aproxima de uma campanha marcada pela polarização e pelo alto nível de competitividade entre os principais candidatos.

Na mesma pesquisa, o cenário de segundo turno também reforça o equilíbrio da disputa. Em levantamento divulgado anteriormente pelo BTG/Nexus, Lula e Flávio Bolsonaro apareciam tecnicamente empatados, com 46% e 45%, respectivamente, dentro da margem de erro de dois pontos percentuais.

A nova rodada de dados reforça um contraste relevante para a eleição de 2026. Lula permanece competitivo e aparece à frente nas intenções de voto, mas o governo que sustenta sua candidatura enfrenta uma avaliação negativa expressiva entre os eleitores.

A pesquisa mostra que, para o presidente, a corrida eleitoral deverá envolver não apenas a defesa de seu desempenho político, mas também a necessidade de reduzir a rejeição à gestão federal. Para os adversários, os números oferecem um dos principais argumentos para explorar o desgaste do governo durante a campanha.

Os dados de avaliação divulgados pelo BTG/Nexus retratam, assim, um eleitorado dividido: Lula mantém força na disputa presidencial, mas uma parcela maior dos entrevistados classifica o desempenho de seu governo como ruim ou péssimo do que aqueles que o consideram ótimo ou bom.


## EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

**PRESIDÊNCIA**
*Antônio Ricardo Accioly Campos* - camposad@camposadvogados.com.br

**EDITOR-CHEFE**
*Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE* - dyogobastos.imprensa@gmail.com

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**
*Real Digital Publisher Ltda* - realdigitalpublisher@gmail.com

**EDIÇÃO GERAL**
*Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros*
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

**CENTRAL DE ATENDIMENTO:**
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

**ESTAMOS ONLINE:**
**www.redecorreionoticias.com.br**
**www.correiodorecife.com.br**
**www.correiopernambuco.com.br**
**www.portalmarimdoscaetes.com.br**
**www.correiodolitoralnortepe.com.br**
**www.correiojoaopessoa.com.br**
**www.jornalodiape.com.br**


Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

# Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado para 2027 é aprovada por unanimidade na Alepe

FOTO: YACY RIBEIRO/ACERVO SECOM



A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de Pernambuco para 2027 foi aprovada por unanimidade em reunião plenária da Assembleia Legislativa (Alepe) nesta segunda-feira (31). A LDO, que estabelece as prioridades e metas fiscais de curto prazo alinhadas à capacidade financeira do Estado e às demandas da população, prevê receitas totais de R$ 57,4 bilhões.

O Governo do Estado destinará cerca de R$ 27,2 bilhões para o pagamento de salários, aposentadorias, pensões e outros encargos relacionados aos servidores públicos no ano que vem, garantindo a manutenção das carreiras da administração pública e a continuidade dos serviços públicos prestados à população. As demais despesas correntes somam R$ 21,3 bilhões.

Elaborado pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional (Seplag-PE), a LDO prevê ainda receitas totais de R$ 59,2 bilhões em 2028 e R$ 63,1 bilhões em 2029. "A LDO é o primeiro passo para a construção do orçamento do próximo ano, pois estabelece as diretrizes que vão nortear a administração pública, reafirmando o compromisso com a responsabilidade fiscal e contemplando recursos tanto para áreas prioritárias como saúde, educação, segurança e assistência social, quanto para investimentos estruturantes no Estado", afirmou o secretário de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional, Fabrício Marques.

# Semana do Cinema terá ingressos a partir de R$ 10 em todo o Brasil; veja quando e programação de filmes

**Além da redução no preço dos ingressos, o público poderá encontrar condições especiais nos combos de pipocas. A iniciativa busca incentivar o público a frequentar novamente as salas de exibição**



Os amantes de filmes terão uma oportunidade para conferir grandes produções nas telonas por preços promocionais no mês de setembro.

A 9ª edição da Semana do Cinema será realizada entre os dias 10 e 16 de setembro de 2026, com ingressos a valores reduzidos nas salas participantes de todo o país.

Durante o período da campanha, as sessões que começarem antes das 17h terão ingressos por R$ 10. Para os demais horários, o valor será de R$ 12, inclusive aos sábados e domingos.

A promoção, no entanto, possui algumas exceções e não será válida para pré-estreias, shows e sessões realizadas em salas especiais.

### COMBOS DE PIPOCA TAMBÉM TERÃO DESCONTO

Além da redução no preço dos ingressos, o público poderá encontrar condições especiais nos estabelecimentos participantes para a compra de combos de alimentação.

Redes de cinema deverão disponibilizar opções promocionais de pipoca e refrigerante, permitindo que os espectadores aproveitem a experiência completa por um custo menor.

A ação é promovida pela Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas (FENEEC), com apoio da ABRAPLEX, da Ingresso.com e do Grupo Consciência.

### MAIS DE 26 MILHÕES DE PESSOAS JÁ PARTICIPARAM

Criada para estimular o público a voltar às salas de cinema, a Semana do Cinema já alcançou um público expressivo ao longo de suas edições. Desde o início da iniciativa, mais de 26,7 milhões de pessoas já foram aos cinemas durante as campanhas promocionais.

A expectativa para a edição de setembro é manter o ritmo de adesão e superar a marca registrada na edição realizada em fevereiro deste ano, quando 3,9 milhões de ingressos foram vendidos.

### PROGRAMAÇÃO OFERECE FILMES PARA DIFERENTES PÚBLICOS

A programação prevista para o período reúne produções de diferentes gêneros. Entre os principais destaques estão "Homem-Aranha: Um Novo Dia" e "A Odisseia", que aparecem entre as opções para quem pretende aproveitar os preços especiais.

A programação também inclui a comédia nacional "Minha Melhor Amiga", estrelada por Ingrid Guimarães e Mônica Martelli, além de "Da Magia à Sedução: Feitiço de Amor", sequência que amplia a história apresentada na produção anterior.

### AÇÃO, SUSPENSE E GRANDES NOMES DO CINEMA

Outras opções em cartaz incluem "Ponto Sem Retorno", dirigido por Ridley Scott, e "O Convite".

Para quem prefere filmes de ação, uma das alternativas é "Código: Vingança", protagonizado pelo ator Jason Statham.

Com preços reduzidos e uma programação diversificada, a Semana do Cinema busca atrair diferentes perfis de espectadores e incentivar o público a frequentar novamente as salas de exibição.

### COMO COMPRAR OS INGRESSOS DA SEMANA DO CINEMA

Os ingressos promocionais poderão ser adquiridos diretamente nas bilheterias dos cinemas participantes ou pela internet, por meio dos canais disponibilizados pelas redes de exibição.

A Ingresso.com também disponibiliza a compra pelo site e aplicativo, permitindo que o público consulte os cinemas participantes, escolha o filme, a data, o horário e os assentos disponíveis.

# Ataques pessoais contra Raquel Lyra em panfletos apócrifos levam governadora a pedir respeito à memória do marido

As ruas de Pernambuco amanheceram no último domingo (30) com panfletos apócrifos contendo ataques pessoais à governadora e candidata à reeleição Raquel Lyra (PSD). Entre as frases exibidas nos materiais colados em paredes está uma acusação envolvendo a morte do marido da governadora, Fernando Lucena, ocorrida no dia 2 de outubro de 2022, data do primeiro turno das eleições estaduais.

Fernando Lucena morreu após sofrer um infarto e não resistir, conforme as informações médicas divulgadas à época. Os panfletos, no entanto, utilizam montagens e acusações sem apresentar identificação de autoria.

Após tomar conhecimento da circulação dos materiais, Raquel Lyra se pronunciou nas redes sociais. Em vídeo, a governadora demonstrou indignação e pediu respeito à memória do marido, aos filhos e à sua família.

***"Respeite minha família. Respeite meus filhos. Respeite quem não está mais aqui. Respeite a minha dor"***, declarou a governadora.

DIVULGAÇÃO



Os ataques contra Raquel ocorrem um dia depois de uma decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) relacionada a publicações sobre o chamado "gabinete do ódio"

Em decisão liminar proferida no sábado (29), o desembargador eleitoral Luiz Gustavo Mendonça de Araújo determinou a remoção de publicações que apresentavam como comprovada a existência de uma suposta estrutura dentro do Governo de Pernambuco destinada a atacar o prefeito do Recife e candidato ao Governo do Estado, João Campos (PSB).

Segundo a decisão, a reportagem da Record utilizada como base para as publicações apresentava suspeitas e alegações, e não a comprovação da existência do suposto esquema. O magistrado também registrou que os elementos apresentados no processo não sustentavam a afirmação de que haveria uma investigação formal da Polícia Federal sobre os fatos.

De acordo com o relator, os conteúdos analisados transformaram alegações e suspeitas apresentadas na reportagem em conclusões divulgadas como se fossem fatos comprovados.

A decisão estabeleceu prazo de 24 horas para a retirada das publicações, sob pena de multa diária de R$ 15 mil. O Instagram também deverá fornecer os dados e registros necessários para auxiliar na identificação dos responsáveis pelos perfis citados no processo.

Agora, a circulação dos novos panfletos amplia a tensão no ambiente político-eleitoral de Pernambuco. Os materiais distribuídos neste domingo não possuem identificação de autoria, e a equipe jurídica da governadora avalia as medidas cabíveis para identificar e responsabilizar os responsáveis pela produção e divulgação dos ataques.

O episódio acontece em um momento em que Raquel Lyra aparece na liderança das pesquisas de intenção de voto divulgadas até o momento e em cenários que apontam possibilidade de vitória ainda no primeiro turno, quando considerados os votos válidos, com a exclusão dos votos brancos e nulos.

A governadora também registra índices elevados de aprovação de sua gestão, próximos de 70%, segundo levantamentos recentes.

A utilização da morte de Fernando Lucena como instrumento de ataque político, no entanto, acrescenta um componente pessoal à disputa eleitoral. Ao se pronunciar, Raquel Lyra deixou claro que considera ultrapassado o limite entre o confronto político e a exploração de uma tragédia familiar.

O caso agora deve ter desdobramentos jurídicos, enquanto cresce a pressão para que os responsáveis pelos materiais apócrifos sejam identificados.

### NOTA DE SOLIDARIEDADE

Manifesto minha solidariedade à governadora Raquel Lyra e, especialmente, aos seus filhos e familiares, diante dos ataques pessoais e desumanos registrados neste domingo.

Isso não é política. A divergência política é legítima e faz parte da democracia, mas a exploração da dor de uma família e da memória de quem já morreu ultrapassa todos os limites do debate público.

Trata-se de um jogo sujo, que precisa ser repudiado por todos, independentemente de posições partidárias ou eleitorais.

Que as investigações sejam realizadas e apontem os responsáveis pela produção e divulgação desses ataques, para que sejam devidamente responsabilizados na forma da lei.

Há limites que a política não pode ultrapassar. O respeito à dor, à família e à memória de quem partiu deve estar acima de qualquer disputa eleitoral.

***Antônio Campos***
***Advogado e escritor***

# Justiça Eleitoral inicia fase de produção de provas em ação contra Mirella e Chiquinho

A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) que questiona os mandatos da prefeita de Olinda, Mirella Almeida, e do vice-prefeito, Chiquinho, avançou para a fase de produção de provas. O processo tramita sob segredo de Justiça na 100ª Zona Eleitoral de Olinda.

No curso da ação, o Juízo Eleitoral já havia determinado a preservação de documentos e registros relacionados às eleições municipais de 2024. A medida inclui arquivos físicos e digitais, registros funcionais, contratos e demais documentos relativos ao período eleitoral discutido no processo.

Segundo a decisão, a Prefeitura de Olinda deverá manter preservado todo o material até o encerramento da instrução processual. O município já foi intimado para cumprir a determinação judicial.



Inicialmente, a realização das demais provas havia sido postergada em razão da sobrecarga da Justiça Eleitoral durante o período eleitoral. A situação mudou após decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), em mandado de segurança apresentado pelo advogado Antônio Campos.

O Tribunal determinou que a 100ª Zona Eleitoral desse andamento imediato ao processo, com a designação de audiência de instrução e a realização da coleta das demais provas.

A decisão considera a natureza da AIME, prevista na Constituição Federal para apurar eventual abuso do poder econômico, corrupção ou fraude que possam comprometer a legitimidade de um mandato eletivo.

### INVESTIGAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Paralelamente à ação eleitoral, também está em andamento uma investigação conduzida pela Polícia Federal sobre as eleições municipais de Olinda. A apuração inclui diligências e coleta de depoimentos.

Autor da AIME, Antônio Campos afirma confiar no conjunto de provas que deverá ser produzido durante a instrução processual.

***"Essa Ação de Impugnação de Mandato Eletivo tem prova para cassar quatro mandatos, quanto mais um. Agora é deixar a Justiça Eleitoral colher e examinar todas as provas. Quem viver, verá!"***, declarou.

A ação segue em tramitação na Justiça Eleitoral, e eventual cassação dos mandatos dependerá da análise das provas e de decisão judicial.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

*ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.*

# UMA VIDA A SERVIÇO DE DEUS, ALEXANDRE XIMENES

Existem pessoas que passam pela vida preocupadas em construir uma imagem. Outras, mais raras, dedicam-se a construir um sentido. Alexandre Ximenes pertence a essa segunda categoria.

Sua trajetória pode ser definida, acima de títulos, funções e reconhecimentos, como uma vida a serviço de Deus. Não necessariamente por meio de discursos grandiloquentes ou demonstrações públicas de fé, mas pela coerência entre aquilo em que acredita e a forma como escolheu viver.

Servir a Deus é, antes de tudo, servir ao próximo. É compreender que a existência humana não pode estar limitada às conquistas pessoais, aos interesses imediatos ou à vaidade. É reconhecer que todos recebemos talentos, oportunidades e responsabilidades que precisam encontrar um propósito maior.

**ALEXANDRE XIMENES COMPREENDEU ESSA DIMENSÃO DA VIDA**

Em tempos marcados pelo culto à aparência, pela superficialidade e pela necessidade permanente de reconhecimento, homens que se dispõem a olhar para dentro tornam-se cada vez mais necessários. Talvez por isso a leitura de "Strip Tease da Alma" seja tão pertinente para compreender a importância de uma vida construída com verdade.

**RECOMENDO O LIVRO.**

O próprio título sugere um exercício difícil: despir a alma. Retirar as máscaras, abandonar as personagens que tantas vezes criamos para sobreviver socialmente e confrontar aquilo que realmente somos.

**É UM DESAFIO QUE EXIGE CORAGEM.**

Vivemos cercados por imagens cuidadosamente construídas. Nas relações pessoais, na política, no trabalho e, sobretudo, nas redes sociais, quase todos procuram apresentar uma versão editada de si mesmos. Mostramos as vitórias, escondemos as fraquezas e, muitas vezes, confundimos felicidade com aparência de felicidade.

**DEUS CONHECE AQUILO QUE ESCONDEMOS.**

Conhece nossas dúvidas, nossos medos, nossas fragilidades e também as nossas contradições. Por isso, uma vida verdadeiramente dedicada a Deus não é a vida de quem se apresenta como perfeito. É a vida de quem reconhece a própria imperfeição e, ainda assim, procura diariamente ser melhor.

Talvez seja esse um dos maiores valores de uma existência como a de Alexandre Ximenes: a compreensão de que a fé não pode ser apenas uma declaração. Ela precisa ser prática. Precisa estar presente nas escolhas, nas relações e na maneira como tratamos as pessoas.

A verdadeira religiosidade não se mede pela quantidade de palavras pronunciadas em nome de Deus, mas pela capacidade de transformar essas palavras em gestos.

É fácil falar de amor. Difícil é amar.

É fácil defender o perdão. Difícil é perdoar.

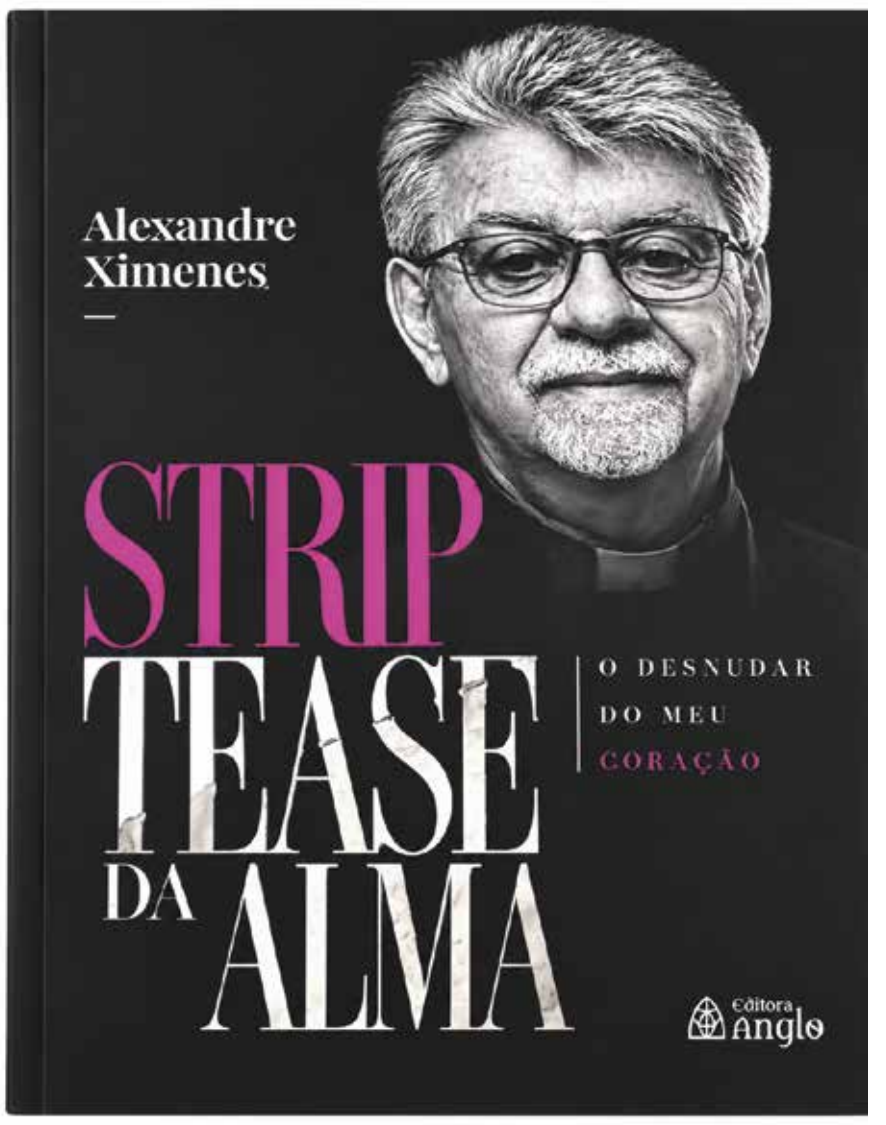
É fácil falar em solidariedade. Difícil é estender a mão quando não há plateia.

É fácil declarar fé. Difícil é mantê-la nos momentos de silêncio, de perda e de provação.

Uma vida a serviço de Deus é, portanto, uma vida de permanente construção interior.

E é exatamente nesse ponto que a ideia de um "strip tease da alma" ganha profundidade. Despir-se diante da própria consciência e diante de Deus talvez seja um dos atos mais difíceis e necessários da existência. Não há transformação sem autoconhecimento. Não há crescimento espiritual sem humildade.

DIVULGAÇÃO




Quem não consegue enxergar os próprios limites dificilmente compreenderá os limites dos outros.

Quem nunca enfrenta as próprias sombras dificilmente entenderá a necessidade da luz.

Alexandre Ximenes, em sua caminhada, representa essa busca por um sentido maior. Uma vida que não se explica apenas pelo que se conquistou, mas pelo que se semeou. E, no final, talvez essa seja a única medida verdadeiramente importante de uma existência.

Todos passaremos.

Os cargos passam.

O dinheiro passa.

O prestígio passa.

As homenagens também passam.

Mas permanecem as marcas deixadas nas pessoas.

Permanece uma palavra de conforto.

Permanece uma mão estendida.

Permanece um conselho dado no momento certo.

Permanece o bem que fizemos quando ninguém estava olhando.

É nesse patrimônio invisível que se encontra a verdadeira riqueza de uma vida.

Por isso, ao refletir sobre Alexandre Ximenes, penso que algumas existências são, por si mesmas, testemunhos. Não porque sejam perfeitas, mas porque escolhem um caminho. E escolher servir a Deus é, em última análise, escolher servir à vida, à dignidade humana e ao próximo.

Em um mundo que valoriza tanto o exterior, talvez devêssemos olhar mais para dentro.

Talvez devêssemos, todos nós, ter a coragem de fazer nosso próprio "strip tease da alma".

Retirar o excesso.

Reconhecer as fraquezas.

Abandonar a vaidade.

Reencontrar a essência.

E perguntar, com sinceridade, o que estamos fazendo com a vida que Deus nos concedeu.

Alexandre Ximenes parece ter encontrado uma resposta para essa pergunta.

Uma vida a serviço de Deus.

E, para quem deseja refletir sobre a alma humana, suas verdades, suas máscaras e sua essência, fica aqui também uma recomendação: "Strip Tease da Alma".

Porque, no fim de tudo, talvez Deus não nos pergunte o que mostramos ao mundo.

Talvez queira saber, simplesmente, quem fomos quando ninguém estava olhando.

# Fim da escala 6x1 pode eliminar até 50 mil empregos em Pernambuco, aponta estudo da Fecomércio

Pernambuco poderá perder até 49.866 postos de trabalho caso a jornada semanal seja reduzida de 44 para 40 horas sem diminuição dos salários, segundo estudo divulgado pelo Sistema Fecomércio/Sesc/Senac-PE. A estimativa representa cerca de 4% dos empregos formais existentes no Estado e foi apresentada no momento em que a proposta de mudança nas regras da jornada de trabalho avança no Congresso Nacional.

O levantamento analisa os possíveis impactos da Proposta de Emenda à Constituição que prevê o fim da escala de seis dias de trabalho para um de descanso e a redução gradual da jornada semanal. A proposta está na agenda do Senado e deve ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça antes de seguir para votação em plenário.

De acordo com o estudo, Pernambuco tinha 2,09 milhões de vínculos formais ativos em dezembro de 2025. Desse total, cerca de 1,24 milhão de trabalhadores cumpriam jornadas superiores a 40 horas semanais. Nos setores de comércio, serviços e turismo, 860.381 trabalhadores estavam formalmente submetidos à escala 6x1.

A projeção mais elevada apresentada pela Fecomércio considera um cenário em que o trabalho realizado no sexto dia passe a ser remunerado como hora extra. Nessa hipótese, o estudo estima a eliminação de 71.308 postos de trabalho, o equivalente a 5,7% dos empregos analisados.




Além do impacto sobre o emprego, a entidade calcula possíveis reflexos sobre a renda dos trabalhadores, o consumo e a arrecadação. No cenário que considera o pagamento de hora extra pelo sexto dia, a estimativa é de redução média de R$ 183 por mês na renda do trabalhador. O efeito anual sobre a massa salarial poderia chegar a R$ 2,74 bilhões, enquanto o impacto estimado sobre o consumo seria de R$ 2,33 bilhões. A arrecadação de INSS, FGTS e Imposto de Renda Retido na Fonte poderia cair R$ 1,26 bilhão por ano, segundo o levantamento.

Os números apresentados pela Fecomércio refletem uma projeção elaborada a partir dos cenários considerados pela entidade e fazem parte da mobilização do setor empresarial contra a aprovação imediata da proposta. O estudo não significa que essas perdas ocorrerão necessariamente caso a PEC seja aprovada, mas apresenta a estimativa da entidade sobre os possíveis efeitos da redução da jornada sem corte salarial.

O presidente do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac-PE, Bernardo Peixoto, defendeu que o debate sobre a mudança seja realizado com cautela e considerando os efeitos para empresas, trabalhadores e consumidores.

"É preciso discutir esse tema com muita cautela, porque qualquer mudança na jornada de trabalho provoca impactos diretos sobre os custos das empresas, a geração de empregos e os preços para o consumidor. Defendemos que esse debate seja conduzido com responsabilidade, ouvindo trabalhadores e empregadores e considerando as particularidades de cada atividade econômica", afirmou.

O posicionamento está alinhado a uma mobilização nacional liderada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A entidade defende que a proposta não seja votada antes das eleições e argumenta que a mudança pode elevar custos operacionais, pressionar empresas e provocar efeitos sobre os preços cobrados dos consumidores.

A CNC sustenta que eventuais alterações nas jornadas de trabalho deveriam ser discutidas por meio de convenções e acordos coletivos, levando em consideração as diferenças entre os setores e as regiões do país.

"O setor terciário não se opõe ao debate sobre o bem-estar do trabalhador, mas uma decisão dessa magnitude exige análise técnica, diálogo e profunda responsabilidade", afirmou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

Do outro lado do debate, defensores do fim da escala 6x1 argumentam que a redução da jornada representa uma mudança nas condições de trabalho e pode ampliar o tempo de descanso dos trabalhadores. A PEC em tramitação prevê uma transição da jornada máxima de 44 para 42 horas e, posteriormente, para 40 horas semanais, além da ampliação do período de descanso, sem redução salarial.

A proposta passou a ocupar posição central na agenda política desta semana. O relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Omar Aziz (PSD-AM), apresentou parecer favorável e rejeitou alterações que poderiam modificar o texto e prolongar sua tramitação. Para ser aprovada, a PEC ainda precisará passar pela comissão e obter, posteriormente, o apoio de pelo menos 49 senadores em dois turnos de votação no plenário.

O estudo da Fecomércio acrescenta um novo elemento ao debate em Pernambuco, onde comércio, serviços e turismo possuem participação relevante na geração de empregos. A entidade empresarial alerta para o risco de aumento dos custos de contratação e de redução de postos de trabalho, enquanto os defensores da proposta sustentam que a discussão deve considerar também os efeitos da jornada sobre a qualidade de vida e o tempo de descanso dos trabalhadores.

A definição sobre o futuro da escala 6x1 dependerá agora do Congresso Nacional. Enquanto a proposta avança no Senado, os números divulgados pela Fecomércio devem alimentar a disputa entre empresários, trabalhadores e representantes políticos sobre os custos e os benefícios de uma das mudanças mais relevantes em discussão nas regras trabalhistas brasileiras.

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

A corrida eleitoral de 2026 pelo Palácio do Campo das Princesas vive um momento de acirramento decisivo em Pernambuco. De um lado, a governadora Raquel Lyra (PSD) sustenta a liderança nas pesquisas de intenção de voto, amparada pelo desempenho e pela alta aprovação de seu governo. Do outro, o ex-prefeito do Recife, João Campos (PSB), consolida-se como o principal polo de oposição no estado. Contudo, a poucas semanas do pleito, o ambiente político foi sacudido por uma grave escalada na guerra de narrativas, culminando no aparecimento de cartazes de cunho pessoal com ataques diretos à governadora.

## 1 DISPUTA PELO GOVERNO DO ESTADO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO

A consolidação das pesquisas registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) demonstra a estabilidade do favoritismo de Raquel Lyra na disputa de primeiro turno. No levantamento Datafolha, a governadora atinge 47% das intenções de voto contra 40% de João Campos, enquanto Ivan Moraes (PSOL), Renan Hallais (Missão), Professora Camila (UP) e Guilherme Fonseca (PSTU) somam 1% cada. Brancos e nulos registram 5%, e os indecisos representam 4%. A pesquisa Quaest traz um cenário similar, indicando 44% para Raquel Lyra frente a 36% do postulante socialista, ao passo que o Instituto Simplex/CBN aponta 46,2% das intenções para a governadora e 36,1% para João Campos. O pilar central dessa sustentação eleitoral reside na avaliação do governo estadual. O Datafolha aponta que 66% dos eleitores aprovam o trabalho de Raquel Lyra à frente do Executivo, sendo 50% de avaliação ótima ou boa, enquanto a desaprovação fica em 29%. Na pesquisa Simplex, a aprovação atinge 63,8% contra 28,8% de desaprovação. Na métrica de rejeição, a disputa se mostra consideravelmente apertada no topo: o ex-prefeito João Campos registra 32% de rejeição no Datafolha, superando numericamente Raquel Lyra, que contabiliza 29% de eleitores que declaram que não votariam nela de jeito nenhum.

## 2. A DISPUTA ABERTA PELAS DUAS VAGAS NO SENADO

Diferente do cenário do Executivo, a corrida pelas duas cadeiras em jogo no Senado Federal permanece totalmente indefinida. Os dados do Datafolha mostram um empate técnico quádruplo no cenário estimulado de intenção de voto: Marília Arraes (PDT) registra 15% das preferências, seguida de perto pelo senador Humberto Costa (PT), com 14%, Mendonça Filho (PL), com 12%, e Eduardo da Fonte (PP), com 11%. Quando analisada a indicação de primeiro voto, Marília figura com 17% e Humberto com 16%. A grande marca desse pilar, entretanto, é o elevado patamar de indefinição. Na sondagem espontânea do Datafolha, mais de 72% dos eleitores pernambucanos afirmam ainda não ter escolhido um nome para o Senado. Isso demonstra que os arranjos finais de palanque, o engajamento da militância partidária e a distribuição do tempo de propaganda em rádio e televisão serão os fatores decisivos para a consolidação dos dois eleitos.

## 3. GUERRA DE NARRATIVAS E ATAQUES PESSOAIS NO RECIFE

O clímax da tensão na política pernambucana ocorreu com o surgimento de panfletos e cartazes apócrifos espalhados pelas ruas do Bairro do Recife e áreas centrais da capital. As peças publicitárias traziam conteúdos difamatórios dirigidos a Raquel Lyra, fazendo alusões explícitas e sem provas à tragédia pessoal vivenciada pela governadora em 2022, quando perdeu seu marido, Fernando Lucena, vítima de um infarto no dia do primeiro turno daquela eleição. A reação foi imediata e de forte repercussão. Em pronunciamento nas redes sociais, a governadora repudiou a baixaria, classificou os ataques como uma agressão à sua memória familiar e confirmou a abertura de representações na Justiça Eleitoral e boletins de ocorrência junto às polícias Civil e Federal. Por sua vez, João Campos se manifestou publicamente para rechaçar o conteúdo do material, qualificando a ação como inaceitável, além de ter negado categoricamente qualquer participação de seus aliados e acionado a Justiça contra associações diretas da sua campanha ao episódio. A ofensiva apócrifa acabou condenada por quadros de múltiplos partidos, do PSOL ao PL. Esse episódio insere-se em um quadro de acirramento que envolve denúncias mútuas sobre o uso de "gabinetes do ódio", remoções de vídeos ordenadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) e disputas sobre o uso de inteligência artificial em peças eleitorais. Paralelamente à tensão na capital, o cenário tático desenha uma clivagem geográfica bem definida: João Campos busca alavancar sua votação na Região Metropolitana apoiado na imagem do presidente Lula, enquanto Raquel Lyra blinda sua vantagem no interior do estado amparada pela adesão da ampla maioria dos prefeitos e lideranças regionais.

# TCE cobra de Olinda fiscalização que Prefeitura deveria fazer no Sítio Histórico

Decisão do Tribunal de Contas expõe fragilidade da fiscalização municipal diante de irregularidades em bares, ocupação de calçadas, poluição sonora e funcionamento fora das regras no patrimônio histórico




A Prefeitura de Olinda voltou a ser cobrada por aquilo que deveria fazer por obrigação: fiscalizar e fazer cumprir as leis do próprio município.

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) homologou uma medida cautelar determinando que a gestão municipal adote providências para garantir o cumprimento da legislação urbanística no Setor Residencial Rigoroso do Sítio Histórico de Olinda, especialmente em relação ao funcionamento de bares e estabelecimentos similares.

A decisão chama atenção por um motivo elementar: o Tribunal não criou novas regras. As normas já existem. O que faltou foi fiscalização efetiva por parte da Prefeitura.

A auditoria do TCE-PE realizou inspeções, inclusive durante a noite, e encontrou a permanência e o agravamento de irregularidades que já vinham sendo identificadas anteriormente. Em apenas dois pontos fiscalizados, na região dos Quatro Cantos e no entorno do cruzamento das ruas de São Bento e 13 de Maio, foram identificados 18 estabelecimentos funcionando como bares.

O levantamento encontrou música ao vivo, apresentações realizadas nas calçadas, ocupação irregular de espaços públicos, dificuldades para a circulação de pedestres e pessoas com deficiência, funcionamento além dos horários permitidos e estabelecimentos com atividades diferentes das autorizadas nos respectivos alvarás.

O cenário revela uma pergunta inevitável: onde estava a fiscalização municipal enquanto essas irregularidades se multiplicavam em uma das áreas históricas mais importantes do Brasil?

O próprio TCE-PE fez questão de deixar claro que não cabe ao Tribunal administrar Olinda ou substituir a Prefeitura no exercício do poder de polícia. O papel do órgão de controle é fiscalizar. Executar a fiscalização urbana e aplicar a legislação é responsabilidade do município.

Ou seja, foi preciso que o órgão de controle externo entrasse em campo para cobrar da Prefeitura uma atribuição básica da administração pública.

A situação é ainda mais grave porque o Sítio Histórico de Olinda não é uma área comum. Trata-se de um patrimônio tombado e reconhecido mundialmente, cuja preservação depende não apenas da conservação de igrejas, fachadas e monumentos, mas também do ordenamento urbano e da manutenção das condições de moradia e convivência para a população que vive na região.

A auditoria alertou que a transformação progressiva de áreas residenciais em espaços voltados ao comércio e ao entretenimento, sobretudo durante a noite, pode comprometer as características urbanas da região e contribuir para a saída de moradores tradicionais.

Não se trata, portanto, de defender o fechamento indiscriminado de bares ou de combater a atividade econômica. O próprio TCE-PE reconhece que comércio, turismo, cultura e preservação podem coexistir. Mas essa convivência precisa obedecer às regras. O problema é que, em Olinda, a fiscalização parece ganhar força justamente quando a pressão externa aumenta.

Em julho deste ano, a própria Prefeitura anunciou que iria intensificar as ações de ordenamento e fiscalização no Sítio Histórico. Agora, poucas semanas depois, o TCE-PE homologou uma medida cautelar apontando que irregularidades permaneciam e, em alguns casos, haviam se agravado.

A contradição é evidente entre o discurso de fiscalização permanente e o cenário encontrado pela auditoria.

Após ser notificada, a Prefeitura informou ao Tribunal a realização de reuniões, operações de fiscalização e a emissão de autos de infração, com multas e interdições de estabelecimentos irregulares. As providências são necessárias, mas também reforçam uma constatação incômoda: a reação da gestão ganhou intensidade depois da atuação do Tribunal de Contas.

Fiscalização não pode funcionar apenas quando há uma decisão do TCE-PE, uma denúncia pública ou a pressão dos moradores.

Olinda precisa de uma política permanente de ordenamento urbano, e não de operações pontuais motivadas pela cobrança dos órgãos de controle. O poder de polícia municipal deve funcionar antes que as irregularidades se consolidem e não apenas depois que o problema chega ao Tribunal.

A decisão do TCE-PE é, portanto, mais do que uma discussão sobre bares e horários de funcionamento. É um alerta sobre a capacidade da Prefeitura de exercer suas próprias atribuições.

Quando um Tribunal precisa determinar que um município aplique leis que já estão em vigor, a pergunta deixa de ser apenas sobre os comerciantes que descumprem as regras.

A pergunta principal passa a ser: por que a Prefeitura não fiscalizou antes?

E, diante de um patrimônio histórico reconhecido mundialmente, essa não é uma pergunta que Olinda pode continuar deixando sem resposta.